

# Inflação em alta pode levar ao pacto

BRASÍLIA— Chegaram ontem à mesa do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, os primeiros indicadores da inflação de julho, que apontam índice superior a 20%. O ministro ainda tem esperança de que a conclusão do levantamento em todas as capitais possa manter o resultado final em torno de 20%, mas já está descartada a possibilidade de que fique inferior a junho, quando chegou a 19,53%.

Carne, óleo de soja e açúcar devem ser os principais vilões da inflação de julho, pressionados pela elevação dos preços no mercado internacional. Fiel ao seu diagnóstico, o ministro da Fazenda continua sustentando que a causa primária deste aumento ainda é o déficit público.

Para Maílson, a elevação dos preços externos pressiona a inflação interna num momento em que a economia passa por fase de excesso de liquidez — sobra dinheiro no mercado financeiro em aplicações de curtíssimo prazo, que financiam o giro da dívida pública. Nestas condições, as taxas de juros baixas (em termos reais) favorecem a formação de estoques especulativos, à espera da manutenção ou maior elevação dos preços. Por isso, o choque agrícola não seria passageiro, como aconteceu com a

*inflação do chuchu* do ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen.

**Choque**— O aumento da inflação acende as especulações a respeito de possível choque econômico, embora Maílson sustente que um plano deste tipo só teria sucesso com a redução drástica do déficit público. Os boatos sobre o choque chegaram à reunião de ontem do Conselho de Política Fazendária (Confaz). O ministro teve de responder ao secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully, sobre um estudo que circula no Ministério da Fazenda para reduzir a inflação a 5% ao mês até o final do ano. Maílson disse desconhecer tal estudo.

Assessores do ministro estão divididos na avaliação da viabilidade do choque, embora todos acreditem que a medida só terá sucesso com ajuste fiscal superior ao que vem sendo feito. Até mesmo a proposta de um pacto social, que viabilize a adoção de um redutor para reajustar preços e salários não encontra adesão unânime. O ministro se recusa a falar do assunto e um dos seus assessores diretos acredita que o governo só poderá intervir neste pacto depois que tiver sido definido na área privada. “O governo não pode ser o árbitro”, assegura.

Ariovaldo Santos — 05-11-87



*Eberhardt: choque com congelamento desacredita as autoridades*